



**PREFEITURA MUNICIPAL  
FORMIGA-MG  
Gabinete do Prefeito**

**PROJETO DE LEI N° 445 /2022**

Autoriza abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Município de Formiga autorizado a abrir no Orçamento Vigente crédito suplementar no valor de R\$ 272.478,85 (duzentos e setenta e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), conforme a seguinte discriminação:

1	PREFEITURA MUNICIPAL	
1.09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
1.09.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.304.0012.2.684	<b>Manutenção da Vigilância em Saúde - Resolução nº 7.153-13/07/2020</b>	
339030	Material de Consumo (Ficha: 1983)	180.116,72
10.302.0009.2.697	<b>Manutenção das Atividades Ambulatorial e Hospitalar BLMAC Port. 1.100,12/05/22</b>	
339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Ficha: 2005)	92.362,13
<b>TOTAL</b>		<b>272.478,85</b>

**Art. 2º** Para fazer face à respectiva despesa, fica utilizada a tendência ao excesso de arrecadação, conforme art. 43, § 1º, II, da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, em 16 de novembro de 2022.

**EUGÉNIO VILELA JÚNIOR**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL  
FORMIGA-MG**  
**Gabinete do Prefeito**

Mensagem nº 0173/2022

Assunto: Encaminha Projeto de Lei.

Data: 16 de novembro de 2022

Senhor Presidente,



Com meus cordiais cumprimentos submeto à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, por meio do qual se almeja autorização para que o Município de Formiga possa abrir, no orçamento vigente, crédito suplementar no valor de R\$ 272.478,85 (duzentos e setenta e dois mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), utilizando-se recursos provenientes de excesso de arrecadação, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, II.

Os recursos em questão serão utilizados a fim de propiciar a continuidade de serviços essenciais à saúde ofertados à população formiguense, conforme se infere pela leitura do Ofício nº 547/2022, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.

Diante do exposto, pede-se que esta Casa Legislativa, recebendo o projeto, determine seu processamento segundo as normas Regimentais, aprovando-o para que possa surtir efeitos.

Atenciosamente,

**EUGÊNIO VILELA JÚNIOR**  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Formiga  
Marcelo Fernandes de Oliveira – Marcelo Fernandes  
Câmara Municipal de Formiga - MG



**Secretaria de Saúde**  
CNPJ Nº 01.155.430.0001-45  
Rua Dr. Teixeira Soares 264 - Centro.  
35570-000 – FORMIGA – MG -  
saudeformiga2017@yahoo.com

Ofício nº 547 /2022

Formiga/MG, 16 de novembro de 2022.

Ao

Gabinete do Prefeito  
A/C – Eugênio Vilela Junior  
DD Prefeito  
Assunto: Solicitação faz

Exmo. Sr.,

Sirvo-me do presente para solicitar, à V.Exa., o envio dos Projetos de Lei à Câmara Municipal de Formiga/MG, solicitando a inclusão, no PPA 2022-2025 e na LOA 2022, dos projetos atividade alencados no relatório anexo.

A solicitação faz-se necessária para que se possa dar continuidade aos serviços essenciais de saúde pública do nosso município, conforme descrição abaixo:

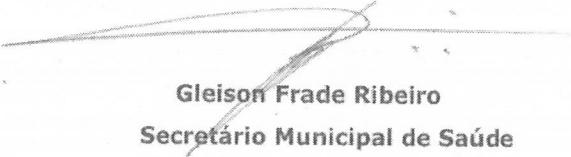
- R\$ 180.116,72(cento e oitenta mil, cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos centavos), incentivo financeiro para custeio complementar das ações estratégicas de Vigilância em Saúde no estado de Minas Gerais. O referido recurso encontra-se depositado na conta 39.312-6, agência 0212-7, Banco do Brasil, Resolução 7.153 de 13 de julho de 2020.
- R\$92.362,13(noventa e dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e treze centavos) qual define o 1º Ciclo do Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular, QualiSus Cardio, no âmbito do sistema Único de Saúde-SUS, conforme Portaria GM/MS nº 1.100, de 12/05/2022, creditado na conta corrente 50859-4, agência 212-7, Banco do Brasil.

Segue anexo documentos comprobatórios dos recursos.

Na certeza de ser atendido, reitero meus votos de estima e consideração.

Desde já agradeço.

Atenciosamente

  
**Gleison Frade Ribeiro**  
**Secretário Municipal de Saúde**

  
Received  
16/11/2022  
**Bruna Félix Borges**  
Secretaria de Gabinete

RESOLUÇÃO SES/MG, N° 7.153, DE 13 DE JULHO DE 2020,

RESOLVE:

Autoriza o repasse de incentivo financeiro para custeio complementar das ações estratégicas de Vigilância em Saúde no estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº.ºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa; e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.184, de 13 de julho de 2020, que aprova o repasse de incentivo financeiro para o custeio complementar das ações estratégicas de Vigilância em Saúde no estado de Minas Gerais.

Art. 1º – Autorizar o repasse de incentivo financeiro para custeio complementar das ações estratégicas de Vigilância em Saúde no estado de Minas Gerais.

Art. 2º – O recurso financeiro de que trata esta Resolução deverá ser utilizado para fomentar as ações estratégicas, exclusivamente no custeio das ações de Vigilância em Saúde detalhadas no Anexo II desta Resolução, correspondentes aos seguintes eixos:

I – Eixo 1 – Vigilância Epidemiológica: vigilância e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos, como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos;

II – Eixo 2 – Vigilância de Arbovírus: objetiva identificar os possíveis agentes envolvidos nos casos de doenças neuroinvasivas por arbovírus, com foco principal nos vírus da dengue, chikungunya e zika, caracterizar o perfil epidemiológico dos casos, detectar a introdução, a disseminação ou a reemergência de outros arbovírus neuroinvasivos, além de fornecer indicadores epidemiológicos que apoiem a definição de grupos e áreas prioritárias de intervenção e a organização dos serviços de saúde, dentre outros;

III – Eixo 3 – Vigilância do Óbito: ações de monitoramento e conhecimento dos determinantes dos óbitos maternos, infantis, fetais e com causa mal definida e a proposição de medidas de prevenção e controle para incorporar o uso da informação na adoção de medidas de qualificação do sistema de declaração de óbito, para melhoria da assistência e as ações de vigilância (identificar, investigar, analisar e monitorar os óbitos) a ser implementadas;

IV – Eixo 4 – Vigilância da Saúde do Trabalhador: visa à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que interagem nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos;

V – Eixo 5 – Vigilância Epidemiológica das Infecções HIV/Aids, hepatites víruis e sífilis: objetiva realizar o monitoramento e a análise dos dados epidemiológicos para, em conjunto com a assistência, atuar nas ações de prevenção, nas estratégias para a implantação dos testes rápidos de sífilis, hepatites B e C e HIV na Atenção Primária, propôr interfaces com outros setores da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

saúde e áreas afins.

VI – Eixo 6 – Vigilância da Tuberculose e Transversa: desenvolve, além de ações de prevenção, promoção e redução da morbimortalidade da população acometida por essas moléstias, ações que subsidem a qualidade do diagnóstico laboratorial, visando fortalecer a vigilância, através do monitoramento dos dados epidemiológicos de sintomáticos dermatonutrológicos, o que acarreta melhor identificação da capacidade do serviço de saúde em identificar os sintomáticos na população, dentre outras;

VII – Eixo 7 – Vigilância Epidemiológica de Imunização: objetiva operacionalizar o processo de vacinação de rotina e campanhas, acompanhar as notificações de eventos adversos pós-vacinação, controle de imunobiológicos especiais, organizar capacitações, monitoramento de coberturas vacinais, distribuição de imunobiológicos e insuns às regionais de saúde do Estado, dentre outras atividades pertinentes à área da imunização;

VIII – Eixo 8 – Vigilância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis: objetiva conhecer a ocorrência, a magnitude e a distribuição das DCNT e de seus principais fatores de risco no estado, bem como identificar os seus determinantes e condicionantes econômicos, sociais e ambientais e caracterizar a tendência temporal das DCNT, dentre outros objetivos;

IX – Eixo 9 – Vigilância Ambiental: consiste em um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde; e

X – Eixo 10 – Vigilância Sanitária: consiste em um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Art. 4º – Os valores a serem repassados a cada um dos beneficiários estão relacionados no Anexo I desta Resolução.

§ 4º – Para a formalização do repasse do incentivo financeiro de que trata esta Resolução deverá ser assinada Termo Compromisso no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SIG-RES) ou outro sistema auto-zado pela SESMG.

§ 5º – O gestor municipal deverá elaborar o Plano Municipal de Ações Estratégicas da Vigilância em Saúde para cada eixo descrito no art. 2º desta Resolução, conforme modelo previsto no Anexo III desta resolução, solicitar ciência do Conselho Municipal de Saúde e enviar 01 (uma) via para Unidade Regional de Saúde.

§ 6º – O Plano Municipal de Ações Estratégicas da Vigilância em Saúde executado deverá ser aprovado no Conselho Municipal de Saúde por cada eixo descrito no art. 2º desta Resolução, conforme modelo previsto no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º – No cálculo do valor do incentivo financeiro foi considerado o porte populacional dos Municípios, conforme População Estimada IBGE/TCU 2019, no valor *per capita* de R\$27,70 (vinte e sete reais e setenta centavos).

Art. 5º – Os recursos financeiros deverão ser executados pelos Municípios em até 60 (sessenta) meses, contados a partir do dia do recebimento da parcela única, cujo saldo remanescente e rendimentos de aplicação financeira, porventura existentes, deverão ser restituídos ao Fundo Estadual de Saúde ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação.

Art. 6º – Os(s) indicador(es) e meta(s) a serem monitorados são aqueles discriminados no Anexo IV desta Resolução.

§ 1º – O acompanhamento do(s) indicador(es) previstos(n) nesta Resolução será realizado após o prazo estipulado no do art. 5º, em conformidade com as regras previstas na Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020 (ou Regulamento que vier a substituí-lo).

§ 2º – O beneficiário deverá informar os resultados alcançados e validar via sistema, as informações declaradas no prazo de 60 (sessenta dias).

§ 3º – Os indicadores declaratórios que não forem informados nos prazos estipulados de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, em conta específica destinada exclusivamente a este fim,

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 3º – Os valores a serem repassados a cada um dos beneficiários estão relacionados no Anexo I desta Resolução.

§ 4º – Para a formalização do repasse do incentivo financeiro de que trata esta Resolução deverá ser assinada Termo Compromisso no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SIG-RES) ou outro sistema auto-zado pela SESMG.

§ 5º – O gestor municipal deverá elaborar o Plano Municipal de Ações Estratégicas da Vigilância em Saúde para cada eixo descrito no art. 2º desta Resolução, conforme modelo previsto no Anexo III desta resolução, solicitar ciência do Conselho Municipal de Saúde e enviar 01 (uma) via para Unidade Regional de Saúde.

§ 6º – O Plano Municipal de Ações Estratégicas da Vigilância em Saúde executado deverá ser aprovado no Conselho Municipal de Saúde por cada eixo descrito no art. 2º desta Resolução, conforme modelo previsto no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º – No cálculo do valor do incentivo financeiro foi considerado o porte populacional dos Municípios, conforme População Estimada IBGE/TCU 2019, no valor *per capita* de R\$27,70 (vinte e sete reais e setenta centavos).

Art. 5º – Os recursos financeiros deverão ser executados pelos Municípios em até 60 (sessenta) meses, contados a partir do dia do recebimento da parcela única, cujo saldo remanescente e rendimentos de aplicação financeira, porventura existentes, deverão ser restituídos ao Fundo Estadual de Saúde ao final da execução do termo, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação.

Art. 6º – Os(s) indicador(es) e meta(s) a serem monitorados são aqueles discriminados no Anexo IV desta Resolução.

§ 1º – O acompanhamento do(s) indicador(es) previstos(n) nesta Resolução será realizado após o prazo estipulado no do art. 5º, em conformidade com as regras previstas na Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020 (ou Regulamento que vier a substituí-lo).

§ 2º – O beneficiário deverá informar os resultados alcançados e validar via sistema, as informações declaradas no prazo de 60 (sessenta dias).

§ 3º – Os indicadores declaratórios que não forem informados nos prazos estipulados de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, em conta específica destinada exclusivamente a este fim,



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§ 4º – Em caso de não cumprimento das metas previstas para cada indicador ou discordância do percentual de desempenho registrado no sistema, o beneficiário poderá solicitar recurso, no momento da validação de resultados, à Reunião Técnica de Acompanhamento.

**Art. 7º** – O processo de prestação de contas deverá ser apresentado observando-se as disposições contidas no Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, e na Resolução SES/ MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou Regulamento (s) que vier (em) a substituí-lo (s).

**Parágrafo único** – A verificação da adequada aplicação dos recursos ao fim que se destina será realizada mediante a análise do cumprimento da meta estabelecida no Anexo IV desta Resolução.

**Art. 8º** – Além das disposições legais pertinentes, os municípios deverão seguir as orientações e normatizações da Secretaria de Estado de Saúde para a realização das ações previstas nesta Resolução e na execução dos recursos financeiros transferidos aos Fundos Municipais de Saúde.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2020.

**CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

**ANEXOS I, II, III E IV DA RESOLUÇÃO SES/ MG N° 7.153, DE 13 DE JULHO DE 2020.**  
(disponível no site eletrônico [www.saude.mg.gov.br](http://www.saude.mg.gov.br)).



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

			• 31.617	87.579,09	875.790,90
312430	Espinosa		4.692	12.996,84	129.968,40
312440	Esprito Santo do Divino		11.354	31.450,58	314.505,80
312450	Estiva		2.343	6.490,11	64.901,10
312460	Estrela Dalva		3.500	9.695,00	96.950,00
312470	Estrela do Indaiá		7.978	22.099,06	220.990,60
312480	Estrela do Sul		7.978	22.099,06	220.990,60
312490	Eugenópolis		11.225	31.231,75	312.317,50
312500	Evangelista Câmara		3.913	10.839,07	108.390,70
312510	Exeama		36.225	100.343,25	1.003.432,50
312520	Famalicão		2.377	6.584,29	65.842,90
312530	Faria Lemos		3.241	8.977,57	89.775,70
312540	Felício dos Santos		4.753	13.165,81	131.658,10
312560	Felisburgo		7.457	20.655,89	206.558,90
312570	Felizardo		15.336	42.480,72	424.807,20
312580	Fernandes Tourinho		3.431	9.503,87	95.038,70
312590	Ferros		9.820	27.201,40	272.014,00
312595	Fervedouro		11.006	30.486,62	304.866,20
312600	Florestal		7.461	20.666,97	206.669,70
312610	Formiga		67.683	187.481,91	1.874.819,10
312630	Formoso		9.562	26.486,74	264.867,40
312630	Fortaleza de Minas		4.412	12.221,24	122.212,40
312640	Fortuna de Minas		2.947	8.163,19	81.631,90
312650	Francisco Badaró		10.332	28.619,64	286.196,40
312660	Francisco Dumont		5.215	14.445,55	144.455,50
312670	Francisco Sá		26.277	72.787,29	722.787,29
312675	Franciscópolis		5.391	14.933,07	149.330,70
312680	Frei Gaspar		5.880	16.287,60	162.876,00
312690	Frei Inocêncio		9.611	26.622,47	266.224,70
312695	Frei Lagonegro		3.478	9.634,06	96.340,60
312700	Fronteira		18.103	50.145,31	501.453,10
312705	Fronteira dos Vales		4.581	12.689,37	126.893,70



## Extrato conta corrente

### Cliente - Conta atual

Agencia 212-7  
 Conta corrente 39312-6 FORMIGA  
 Período do extrato de 03 / 10 / 2022 até 31 / 10 / 2022

### Lançamentos

Dt. balanço	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/09/2022		0000	00000	000 Saldo Anterior		0,00 C	
27/10/2022		0000	14175	976 TED-Crédito em Conta	247.682.662	180.116,72 C	
				341 3380 18715615000160 EMG CONTA UNIC			
27/10/2022		0000	00000	271 BB-APLIC C,PRZ-APLAUT	1.972	180.116,72 D	0,00 C
31/10/2022		0000	00000	999 S A L D O		0,00 C	

Invest.com Resgate Autom. 507.087,59 C

Saldo 507.087,59 C

Juros 0,00

Data da Débito de Juros 31/10/2022

IOF 0,00

Data da Débito de IOF 01/11/2022

Saldo de fundos de investimento

BB RF CP Automático 507.087,59

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J1891316 ALESSANDRA CRISTINA TOME.







Este documento intitulado "Relatório de Análise de Riscos para a Segurança do Paciente" tem como objetivo fornecer uma visão geral dos riscos associados ao atendimento hospitalar, com o intuito de promover a segurança do paciente e a melhoria contínua da qualidade dos serviços. Ele é destinado a todos os profissionais de saúde envolvidos no processo de cuidados, visando a identificação e mitigação de potenciais ameaças.

O relatório abrange temas cruciais, como a segurança do paciente, a eficiência operacional, a compliance regulatória e a gestão de riscos. Ele destaca a importância da comunicação clara entre os profissionais, a necessidade de treinamento contínuo e a implementação de procedimentos estabelecidos para minimizar riscos.

Este documento é dividido em sete seções principais, cada uma abordando um aspecto fundamental da segurança do paciente:

Seção	Título	Resumo
Introdução	Visão Geral e Descrição dos Objetivos	Este documento fornece uma visão geral dos riscos associados ao atendimento hospitalar, com o intuito de promover a segurança do paciente e a melhoria contínua da qualidade dos serviços.
Segurança do Paciente	Riscos de Segurança do Paciente	Identificação e mitigação de riscos associados à segurança do paciente, incluindo erros de prescrição, interações medicamentosas e riscos de infecção.
Operações	Riscos Operacionais	Identificação e mitigação de riscos associados à eficiência operacional, incluindo atrasos na realização de procedimentos e erros de comunicação entre equipes.
Compliance	Riscos de Non-Compliance	Identificação e mitigação de riscos associados à conformidade com regulamentações e normas de segurança.
Gestão de Riscos	Controle e Monitoramento de Riscos	Procedimentos para a identificação, avaliação e mitigação contínua de riscos.
Conclusão	Conclusão e Recomendações	Sumário das principais descobertas e recomendações para a melhoria da segurança do paciente.

Versão final do documento de discussão da revisão de 2008, com alterações feitas ao longo do processo de revisão, que foram feitas para aprimorar o documento.

O PNUD Argentina iniciou o processo de revisão em junho de 2008, com a participação de 120 pessoas de 10 países.

As principais mudanças realizadas no documento original foram:

• Alterações na introdução (2008) para incluir novos elementos, como os resultados das discussões realizadas entre os países e a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 1 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 2 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 3 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 4 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 5 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 6 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 7 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 8 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 9 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 10 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 11 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 12 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 13 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 14 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 15 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 16 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 17 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 18 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 19 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 20 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 21 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 22 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 23 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 24 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".

• Alterações no capítulo 25 (2008) para incluir a descrição das mudanças realizadas no documento original, bem como a inclusão de uma nova seção intitulada "Conclusão".



## Extrato conta corrente

24/10/2022 07:40:58

### Cliente - Conta atual

Agência 212-7  
Conta corrente 50859-4 MG 312610 FMS CUSTEIO SUS  
Período do extrato de 21 / 10 / 2022 até 24 / 10 / 2022

### Lançamentos

Dt. balanço	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
20/10/2022		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
24/10/2022	24/10/2022	9001	12130	632 Ordem Bancária	5.199.764.000.005	643.633,83 C	
24/10/2022	24/10/2022	9001	12130	632 Ordem Bancária	5.199.918.000.002	-42.362,13 C	
24/10/2022	24/10/2022	9001	12130	632 Ordem Bancária	5.200.239.000.003	904,96 C	
24/10/2022	24/10/2022	9001	12130	632 Ordem Bancária	5.210.407.000.009	46.394,16 C	
24/10/2022		0000	00000	999 S A L D O			783.285,08 C

Invest.com Resgate Autom. 5.582.408,61 C

Saldo 6.365.703,69 C

Juros \* 0,00

Data de Débito de Juros 31/10/2022

IOF \* 0,00

Data de Débito de IOF 01/11/2022

### Saldo de fundos de investimento

BB RF CP Automático 5.582.408,61

Transação efetuada com sucesso por: J1891316 ALESSANDRA CRISTINA TOME.